



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Zé Carlos** – PT/MA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2019

(Do Sr. Zé Carlos)

Solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia informações a respeito das nomeações no Conselho de Administração da Eletrobras, bem como informações a respeito da influência dos Fundos de Investimento sobre a Companhia.

Senhor Presidente,

Com base no Art. 50, §2º, da Constituição Federal, e no Art. 115, inciso I, do regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Minas e Energia a presente **solicitação de informações (aqui apresentadas na forma dos questionamentos que seguem abaixo) a respeito das nomeações no Conselho de Administração da Eletrobras, bem como informações a respeito da influência dos Fundos de Investimento sobre a Companhia.**

QUESTIONAMENTOS APRESENTADOS AO SENHOR MINISTRO DE MINAS E ENERGIA:

- 1) A 3G Radar possui 15,01% das ações preferenciais b da Eletrobras. Subiu quase 5% dessa participação entre 30/05/2018 e 20/09/2018. E subiu 10% de sua participação entre 23/05/2017 e 20/09/2018. Trata-se de elemento fundamental para entender como a 3G Radar tem interesse em aumentar sua participação enquanto realiza um processo público de desvalorização da Companhia, publicando estudo em 25/05/2017 informando desvalorização da Eletrobras. Quais os instrumentos utilizados para reprimir essa prática?
- 2) A 3G Radar publicou estudo sobre supostas perdas na ordem dos bilhões pela Eletrobras, mas, ao mesmo tempo, aumentou consideravelmente sua participação nas ações preferenciais B da Companhia. Isso é manipulação de mercado para desvalorizar e comprar mais barato? Como a empresa pretende se proteger de tais manobras ilegais?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Zé Carlos** – PT/MA

- 3) Por que a empresa não se manifestou, via comunicado ao mercado ou qualquer outro instrumento, sobre a publicação do estudo da 3G Radar informando desvalorização da Companhia em 25/07/2017?
- 4) Por que Vicente Falconi entrou no Conselho de Administração da Eletrobras ocupando uma vaga pertencente a União, considerando sua atuação histórica como consultor e membro do Conselho de Administração da AmBev, ativo importante de sócios da 3G Radar e declaradamente favorável à privatização da Eletrobras?
- 5) O que está sendo feito para pôr fim a essa prática ilegal de nomear para o Conselho de Administração da Eletrobras, nas vagas pertencentes aos acionistas majoritários, a União, executivos, como o caso do Sr. Falconi, com relações profissionais e históricas com a 3G Radar, que aumentou em mais de 10% sua participação nas ações preferenciais b da Eletrobras desde a notícia da intenção do Governo Federal em privatizá-la ou de representantes de empresas concorrentes do setor elétrico, como o caso do Sr. Zaroni, o que caracteriza evidente conflito de interesse na nomeação?
- 6) O Estatuto da Eletrobras permite a recondução do Sr. Vicente Falconi para exercer seu terceiro mandato no Conselho de Administração da Eletrobras conforme consta da pauta da AGO 59^a, a ser realizada em 29 de abril de 2019?
- 7) A Eletrobras verificou se Vicente Falconi é acionista da 3G Radar?
- 8) No 27 de abril de 2018, a 58^ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas elegeu o Sr. Manoel Arlindo Zaroni Torres para ocupar o cargo no Conselho de Administração da Eletrobras, representando o Ministério de Minas e Energia. Com essa indicação o Sr. Zaroni passou a ocupar concomitantemente o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração de Engie Brasil Energia S.A., maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, já tendo declarado publicamente interesse em ativos da Eletrobras. Quais as medidas que serão adotadas em relação ao conselheiros Manoel Zaroni após a CVM no Processo 19957.005517/2018-51 ter se manifestado no sentido de “Por todo o exposto, conclui-se que o Senhor Manoel Arlindo Zaroni Torres não atende à exigência contida no artigo 17, §2º, V da Lei das Estatais, não sendo elegível para o conselho de administração da Eletrobras.”? Os responsáveis por essa nomeação sofreram alguma punição?
- 9) Que práticas serão adotadas para evitar que a situação acima relatada, de evidente conflito entre interesse público e interesse privado, se repita?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Zé Carlos** – PT/MA

10) O que motivou a retirada do Sr. Alexandre Aniz do Conselho, Diretor Jurídico da Eletrobras? Qual a relação dessa saída e os pareceres de diversos juristas que apresentaram divergências em relação à modelagem de privatização das Empresas de Distribuição de Energia Elétrica controladas pela Eletrobras deliberada pela AGE 170, de 8 de fevereiro de 2018?

11) A recém nomeada Diretora Financeira, Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta, será responsável por eventual processo de capitalização que a Companhia empreenda. Considerando sua relação com a AMBEV, e da ligação desta com a 3G Radar, que, como já dito, tem aumentado consideravelmente sua participação acionária na Eletrobras, não há um evidente conflito de interesses, que pode caracterizar insider trading e gerar prejuízos para a Eletrobras? Nesse caso a Sra Elvira Presta está praticando o crime de Advocacia administrativa, prevista no Art. 321 do CP, que consiste em: “Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário”. Pena - detenção, de um a três meses, ou multa?

12) Qual o motivo da reunião entre o Fundo Cingapura e o então Ministro da Fazenda Henrique Meirelles alguns dias antes da notícia de intenção do Governo Federal privatizar a Eletrobras em 2017?

13) Como o processo crescente de financeirização do Setor Elétrico nacional será fiscalizado para evitar acordos informais para o controle das decisões empresariais?

14) O fato do atual Presidente da Eletrobras, Wilson Pinto ter sido indicado pelo então Ministro Fernando Coelho para o cargo de Presidente da Eletrobras, após ter doado R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a campanha eleitoral de Fernando Coelho em 2018 não viola a Lei de Improbidade Administrativa na opinião do senhor?

15) O ex-presidente Temer, bem como o ex-ministro de Minas e Energia Moreira Franco, foram presos recentemente, acusados de envolvimento em esquema de corrupção nas obras de Angra 3, subsidiária da Eletrobras. A Eletrobras sob a presidência do Sr. Wilson Pinto gastou elevados recursos contratando consultoria para investigar esquemas de corrupção envolvendo a empresa e não detectou o envolvimento do ex-presidente no esquema de Angra 3. Manter o Sr. Wilson Pinto no mesmo cargo de presidente não configura em um ato de improbidade por parte dos gestores públicos?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Zé Carlos** – PT/MA

16) Manter o Sr. Wilson Pinto no mesmo cargo de presidente não compromete as investigações de corrupção envolvendo a empresa, tendo em vista as recentes denúncias envolvendo Michel Temer e Angra 3?

17) Após a prisão do ex-presidente Temer o que está sendo feito para investigar o esquema de corrupção nas obras de Angra 3 e punir os responsáveis?

18) Quais medidas foram tomadas pela Eletrobras após a prisão do ex-presidente Temer envolvido no esquema de corrupção com as obras de Angra 3? A Consultoria contratada para investigar esquemas de corrupção envolvendo a Eletrobras sofrerá alguma punição?

19) O que foi feito para atender as exigências feitas pelo TCU que no dia 24/05/2018, por meio do Relatório de Acompanhamento TC 031.986/2017-0, ao analisar o Edital de Venda das SPEs, fez várias ressalvas que poderiam gerar riscos na legalidade processual do programa de desinvestimentos das SPE's. Dentre elas, questionou a escolha do assessor/consultor financeiro Banco BTG Pactual sem consulta ao mercado e sem realizar licitação?

20) O fato do Banco BTG Pactual, consultor financeiro contratado sem licitação pela Eletrobras por R\$ 5 milhões para formatar a modelagem de desinvestimento das SPEs ser acionista da Equatorial, empresa que arrematou a participação de 49% da Eletrobras na SPEs Intesa no leilão 1/2018, não caracteriza relação promíscua, conflito de interesse e acesso a informações privilegiadas, comprometendo a lisura do certame?

21) Em 21 de agosto de 2017, o anúncio da privatização da Eletrobras feito pelo então secretário executivo do MME, Paulo Barbosa, fez as ações da estatal dispararem, atingindo seu maior patamar desde janeiro de 2011. Na semana anterior, a compra de ações da Eletrobras cresceu significativamente. Os três grandes compradores de ações ordinárias foram Liquidez, Bradesco e Safra; e de ações preferenciais, Morgan Stanley, Banco BTG Pactual e Citi. O Banco BTG Pactual é acionista da Eletrobras?

JUSTIFICAÇÃO

As informações solicitadas visam subsidiar as ações do Mandato no acompanhamento do processo de privatização da Eletrobras, privatização essa que, de acordo com declarações do próprio Ministro Bento Costa Lima, está sendo trabalhada pelo governo federal seja concluída ainda neste ano.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Zé Carlos** – PT/MA

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2019.

Zé Carlos

Deputado Federal (PT/MA)